

ATA NÚMERO 91/XII (2.ª)

Aos dezanove dias do mês de dezembro de 2012, pelas 11 horas e 35 minutos, reuniu a Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação, na Sala 2 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1 — Audição do ex-Subdirector de Informação da Rádio e Televisão de Portugal, SA, Luís Castro, na sequência do requerimento apresentado pelo Bloco de Esquerda para esclarecimento do incidente ocorrido na RTP após a manifestação de 14 de novembro.

2 — Tratamento de assuntos relativos ao Estatuto dos Deputados:

—————

Dando início à reunião, o Senhor Presidente da Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação, Deputado Mendes Bota, agradeceu a presença do ex-Subdirector de Informação da Rádio e Televisão de Portugal, SA, Luís Castro.

Em primeiro lugar, Luís Castro informou a Comissão que tinha trazido consigo alguma documentação que, se os Senhores Deputados julgassem oportuno, poderia entregar aos serviços de apoio da Comissão. Disse que, para defesa do seu bom nome, para o apuramento da verdade dos factos e prova de que no fim o tentaram arrastar para uma narrativa da qual não fez parte, tinha trazido, por exemplo, um documento com a cronologia dos acontecimentos que entregou na ERC, os 27 sms certificados em cartório notarial e documentos sobre as suas supostas ligações aos serviços secretos.

De seguida, fez uma breve exposição inicial, referindo que em momento algum participou no processo da tomada de decisão; que não fez parte das conversas que se seguiram ao telefonema da PSP; que não sabe o que foi pedido mas tão só o que Nuno Santos lhe transmitiu; que este se sentou ao seu lado na redação e disse «A Polícia vem à RTP visionar as imagens e temos de arranjar um sítio discreto»; que, temendo qualquer manobra do SIS, ligou ao Inspetor Nacional da PSP para confirmar a identidade do agente; que ficou acordado que o visionamento de imagens seria feito no seu gabinete; justificou esta cedência do seu gabinete por uma questão de «recato» e

que, como não queria a polícia «a mexer no seu computador», requisitou um aparelho próprio (laptop) para visionamento das referidas imagens; que não questionou Nuno Santos, porque existe uma cadeia de hierarquia na RTP e porque este nunca lhe deu motivos para não acreditar ou suspeitar de qualquer ligeireza nas suas tomadas de decisão, tendo tomado como legítima e sustentada a que lhe foi comunicada pelo ex-Diretor de Informação; que podia ter questionado Nuno Santos, mas não o fez porque durante os 20 meses que fez parte desta Direção de Informação este nunca lhe deu qualquer motivo para questionar as suas tomadas de decisão; que tomou como legítima a decisão comunicada pelo Diretor de Informação; e, por último, que considera que «está por apurar que o visionamento daquelas imagens seja ilegal».

Concluiu dizendo não ter qualquer dúvida de que Nuno Santos autorizou a ida da PSP à estação televisiva para autorizar o visionamento de imagens em bruto.

Em seguida, usou da palavra a Senhora Deputada Cecília Honório (BE), do Grupo Parlamentar autor do requerimento que deu origem à presente audição, tendo Luís Castro respondido às questões que lhe foram colocadas a respeito de saber quem foi a pessoa que recebeu o primeiro contacto a pedir para ver as imagens; se não recebeu nenhum contacto externo à RTP para apurar quem poderia ser o elemento facilitador para a visualização e cedência de imagens; se esteve presente na tal «reunião informal» e a posição que transmitiu aquando da tomada da decisão; o que disse Nuno Santos no contexto dessa reunião; como é que deram todas as condições aos agentes, se no dia 14 ainda não havia um pedido formal que esclarecesse os contornos da ida da PSP à RTP; e, por fim, a sua responsabilidade efetiva em todo este processo.

Na primeira ronda de intervenções usaram da palavra os Senhores Deputados Rosa Arezes (PSD), Inês de Medeiros (PS), Raúl de Almeida (CDS-PP) e Bruno Dias (PCP). As questões colocadas incidiram essencialmente sobre os seguintes aspetos: que ordem foi dada a Ana Pitas, na sequência da tal “reunião informal”; se deu o seu acordo de uma forma clara à decisão tomada; se a ordem de Nuno Santos foi expressa ou tácita; se tinha conhecimento de outras situações em que tenha havido visionamento de imagens por parte das forças de segurança; quais os procedimentos corretos a adotar sempre que terceiros solicitem fontes documentais; se não acha estranho que, não estando presente no momento da tomada de decisão, as suas declarações tenham sido suficientes para se tirar a conclusão do inquérito; se no seu computador houve ou não acesso aos “brutos”, às imagens não editadas; se no decorrer deste processo houve, por parte dos intervenientes na reunião, alguma tentativa para o «fazer parar»; se não valorizou as advertências

e os alertas de Manuel Costa; se Nuno Santos manifestou alguma reserva; e, por fim, se na RTP há um documento escrito, uma regra sobre os procedimentos a adotar nestes casos ou se isso faz parte do bom senso, das boas práticas da empresa.

Luís Castro respondeu individualmente a cada um dos Senhores Deputados, no seguimento das respetivas intervenções.

Na segunda ronda de intervenções usaram da palavra os Senhores Deputados Cecília Honório (BE), Carla Rodrigues (PSD), Jacinto Serrão (PS), Adolfo Mesquita Nunes (CDS-PP) e Bruno Dias (PCP), tendo Luís Castro respondido globalmente aos Senhores Deputados.

Esta audição foi gravada, existindo o seu registo vídeo disponível para consulta em http://srvvideo3/site/XIILEG/2SL/COM/12-CPECC/CPECC_20121219_2.mp3, razão pela qual não se faz o seu desenvolvimento nesta sede.

Entrando no segundo ponto da ordem do dia, foram tratados assuntos relativos ao Estatuto dos Deputados.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada pelas treze horas e quarenta e cinco minutos, dela se lavrando a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, vai ser devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 19 de dezembro de 2012

O PRESIDENTE DA COMISSÃO,

(José Mendes Bota)

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Adolfo Mesquita Nunes
Ana Sofia Bettencourt
Bruno Dias



Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação

Carla Rodrigues
Cecília Honório
Inês de Medeiros
Jacinto Serrão
João Portugal
Lídia Bulcão
Maria da Conceição Caldeira
Mendes Bota
Odete Silva
Paulo Rios de Oliveira
Raúl de Almeida
Rosa Arezes
Sérgio Azevedo
João Lobo
Vera Rodrigues

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Francisca Almeida
Glória Araújo
Isabel Oneto
Luís Pita Ameixa
Manuel Seabra

A presente ata foi aprovada em reunião da Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação, realizada no dia 19/03/2013.